

1 **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**
2 **CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO**
3

4 **Local:** Ministério do Trabalho e Emprego

5 **Data:** 09 de Junho de 2010 - V Reunião Ordinária

6 Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, na sala quatrocentos e trinta e três
7 do Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e Emprego, sito ao Bloco “F” da Esplanada dos
8 Ministérios, em Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho Nacional de Imigração, sob
9 a presidência do Sr. Paulo Sérgio de Almeida, do Ministério do Trabalho e Emprego
10 (MTE), com a presença dos Conselheiros: Sra. Riane F. Paz Falcão, representando o
11 Ministério da Justiça (MJ); Sr. Ralph Peter Henderson, do Ministério das Relações
12 Exteriores (MRE); Sr. Osório Vilela Filho, do Ministério da Agricultura, Pecuária e
13 Abastecimento (MAPA); Sr. Paulo César Lourenzatto, do Ministério da Saúde (MS); Sra.
14 Aline Albuquerque Sant’Anna de Oliveira (MS); Sra. Tatiana Mesquita Nunes (MCT); Sr.
15 Caio Márcio Melo Barbosa (MCT); Sra. Haila Moreira Farinha. Braga (MTUR); Sr. Vitor
16 Luiz Silva Carvalho (CUT); Sr. Elias Ferreira (FS); Sra. Christina Aires Corrêa Lima
17 (CNI); Sra. Tatiana Cardoso (CNT); Sr. Roque de Barros Laraia (SBPC); dos observadores:
18 Sr. Duval Magalhães Fernandes (CNPD); Ir. Rosita Milese (IMDH); Sr. Edilberto
19 Afanador Sastre (OIT); e dos convidados: Sr. Marcelo Pires Mendonça (SNAS/SGPR);
20 Ernesto J. L. de Oliveira, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA),
21 justificadas as ausências dos Conselheiros: Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida, do
22 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Sr. Valdir Vicente de Barros, da União Geral
23 dos Trabalhadores (UGT); Sr. José Ribamar Dantas, da Central Geral dos Trabalhadores do
24 Brasil (CGTB); Sra. Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto, da Confederação
25 Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); e Sra. Marilena Moraes
26 Barbosa Funari, da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF).

27 **1. Abertura** – O Presidente Paulo Sérgio procedeu à abertura da reunião às nove horas e
28 quarenta minutos, saudando os presentes e procedendo aos informes da Presidência:
29 a) Novos conselheiros – Informou que, doravante, o Ministério da Ciência e Tecnologia
30 será representado junto ao CNIg pela Sra. Tatiana Mesquita Nunes, na qualidade de
31 Conselheira Titular, e pelo Sr. Caio Márcio Melo Barbosa, na qualidade de Conselheiro
32 Suplente. Saudou os dois novos conselheiros, dando-lhes as boas-vindas e desejando que
33 seu desempenho junto ao Conselho seja frutífero e gratificante. b) Proposta de alteração da
34 RN 82 – O Presidente Paulo Sérgio informou que o Conselho recebeu documento oriundo
35 do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia contendo proposta de alteração da
36 Resolução Normativa número oitenta e dois, pelo que sua apreciação inicial deverá constar
37 na pauta da presente reunião. c) Ata da última reunião – O Presidente Paulo Sérgio
38 informou que a ata da Quarta Reunião Ordinária do CNIg não será apreciada na presente
39 reunião, tendo em vista que alguns ajustes no texto se fizeram necessários antes de sua
40 apresentação ao Conselho. d) Apoio aos brasileiros que retornam do Japão – O Presidente
41 Paulo Sérgio informou que, por recomendação do CNIg, o Ministro do Trabalho e
42 Emprego, Carlos Lupi, determinou a criação de um núcleo de apoio aos emigrantes
43 brasileiros que retornam ao Brasil, oriundos especialmente do Japão. Um edital de chamada
44 pública foi lançado, com vistas a identificar, na comunidade nipo-brasileira, organizações
45 não-governamentais que possam estabelecer convênio com o MTE para, em parceria com o

46 Ministério, executar o serviço, que foi temporariamente denominado Núcleo de Informação
47 e Apoio a Brasileiros Retornados do Exterior. O local escolhido foi o Bairro da Liberdade,
48 na cidade de São Paulo. O edital, lançado em primeiro de junho, receberá propostas até o
49 dia quinze do mesmo mês. Encerrado o prazo do edital, a expectativa é de que, até o final
50 de julho, o serviço já esteja disponível. e) Política Nacional de Imigração e Proteção ao
51 Trabalhador Migrante – O Presidente Paulo Sérgio informou que o Sr. Ministro de Estado
52 do Trabalho, Carlos Lupi, deverá assinar ainda esta semana a portaria ministerial que
53 submeterá à avaliação pública o texto da Política Nacional de Imigração e Proteção ao
54 Trabalhador Migrante. O texto deverá ficar disponível pelo período de trinta dias para
55 recepção de sugestões, críticas, informações e opiniões por parte da sociedade brasileira,
56 após o que se dará prosseguimento à redação final e ao encerramento do processo. Espera-
57 se que, na próxima reunião ordinária do Conselho, no mês de agosto vindouro, o texto
58 retorne ao plenário para aprovação final. f) Pedido de ingresso da CTB – O Presidente
59 Paulo Sérgio informou que foi recebido, pelo CNIg, o pedido de ingresso da Central de
60 Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil (CTB) no Conselho. O ingresso da entidade
61 restabelecerá a paridade entre representantes de trabalhadores e empresários na
62 representação no Conselho, já que hoje, em virtude da fusão entre CGT e SDS, que criou a
63 UGT, restaram quatro centrais sindicais representadas, contra cinco confederações
64 empresariais. A CTB, informou o Presidente, atende aos critérios de representatividade,
65 sendo, segundo aferição do MTE a terceira central mais representativa da classe
66 trabalhadora brasileira nos dias de hoje. A solicitação formal de ingresso já se encontra sob
67 análise. g) Presença de convidados – O Presidente Paulo Sérgio anunciou a presença da
68 Sra. Olívia Sheringham, acadêmica da Universidade de Londres, pesquisadora da área de
69 migrações, que se encontra no Conselho com o intuito de acompanhar a presente reunião.
70 Em seguida, o Presidente Paulo Sérgio franqueou a palavra aos demais presentes para
71 eventuais informes diversos. a) Semana do imigrante – A Ir. Rosita Milese proferiu
72 informe, cujo resumo é o que segue. No ano de mil, novecentos e oitenta, a Igreja Católica
73 Apostólica Romana adotou, no Brasil, como tema da Campanha da Fraternidade daquele
74 ano, as migrações. À época, como resultado dos debates, estabeleceu-se o dia vinte e cinco
75 de junho como o dia do imigrante. Desde então, as celebrações evoluíram de um dia para
76 uma semana e transcenderam a esfera da Igreja Católica, abarcando as demais instituições
77 que compõem o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC). Entre os dias treze e vinte
78 de junho do corrente, será celebrada, em âmbito nacional, a Semana do Imigrante. A
79 celebração, que teve origem na Pastoral do Imigrante, recebeu a adesão de muitas
80 organizações e entidades no país. As comemorações incluirão a colaboração de
81 organizações da sociedade civil, centrais sindicais e outras organizações. Um dos temas a
82 serem debatidos este ano é o plebiscito programado para o mês de setembro próximo
83 vindouro, acerca dos limites da propriedade da terra. No Distrito Federal, a celebração da
84 Semana do Imigrante se iniciará no bairro de Santa Maria e se encerrará na Paróquia Nossa
85 Senhora Mãe dos Imigrantes, no Lago Oeste. b) Sexto Encontro Nacional das Redes de
86 Proteção – A Ir. Rosita Milese informou que, nos dias treze, catorze e quinze de julho, se
87 realizará o Sexto Encontro Nacional das Redes de Proteção. Nele, a Rede Solidária para
88 Migrantes e Refugiados no Brasil se reunirá. A rede conta com quase cinquenta instituições
89 dedicadas à atuação junto a migrantes e refugiados. O tema deste ano será a capacitação de
90 agentes da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados e troca de experiências na atenção a
91 mulheres, crianças e idosos migrantes e refugiados para identificar os mecanismos e vencer

92 os obstáculos existentes no acesso dessa população às políticas públicas. A conferência de
93 abertura será no dia treze à noite, com a participação do representante do Alto
94 Comissariado das Nações Unidas no Brasil e do Presidente Paulo Sérgio, na qualidade de
95 conferencistas. A conferência de abertura será aberta ao público e o seminário, restrito aos
96 agentes da Rede. c) Presença, no Brasil, de representantes da Cáritas Internacional da
97 Bélgica – A Ir. Rosita Milese informou que, entre os dias cinco e quinze de agosto
98 vindouro, estarão no Brasil dois representantes da Cáritas Internacional da Bélgica,
99 entidade parceira do IMDH em um projeto de retorno e reintegração de brasileiros que
100 regressam da Bélgica para o Brasil. d) Seminário sobre boas práticas na migração laboral
101 – O Conselheiro Vitor Carvalho proferiu informe acerca de sua participação no seminário
102 sobre boas práticas na migração laboral, informe cujo resumo é o que segue. O seminário
103 foi realizado nos dias trinta e um de maio e primeiro de junho últimos na cidade de Torino,
104 na Itália, organizado pelos governos brasileiro e italiano. O seminário consistiu em
105 dinâmicas de grupo e teve denso conteúdo, com vasto material distribuído aos participantes.
106 Um grupo trabalhou as práticas de proteção; um segundo, práticas governamentais; um
107 terceiro tratou das práticas de organizações não-governamentais que trabalham em
108 iniciativas relacionadas aos migrantes. O Conselho Nacional de Imigração foi bastante
109 citado durante o encontro, com interesse manifesto pelos participantes, especialmente os
110 representantes da Espanha e de Portugal, quanto às práticas do Conselho. O Conselheiro
111 propôs a criação de um grupo de trabalho para analisar o material produzido no seminário.
112 O Presidente Paulo Sérgio respondeu que o material será disponibilizado, em um primeiro
113 momento, para os conselheiros, a fim de que seja avaliado, com a possibilidade de eventual
114 criação futura do grupo de trabalho sugerido. **2. Aprovação da agenda** – Aprovou-se a
115 agenda da presente reunião, com os seguintes itens: 1. Abertura; 2. Aprovação da agenda
116 provisória; 3. Relato do GT “proteção a migrantes vítimas de tráfico de pessoas”; 4. Relato
117 do GT “especial sobre migrações femininas”; 5. Relato do GT “estágios”; 6. Proposta de
118 alteração da RN 82; 7. Assuntos diversos: a) Semana do Trabalhador Brasileiro no Japão;
119 b) Projeto de Lei Complementar do Deputado Federal Manoel Júnior, que dispõe sobre a
120 criação de contribuição social sobre remessas feitas por brasileiros no exterior;
121 c) Pronunciamento do Sr. Marcelo Pires Mendonça, representante da Secretaria-Geral da
122 Presidência da República; d) Relato sobre navios de turismo; e) Oficina de Trabalho
123 Migrações e Saúde; 8. Processos a serem relatados. **3. Relato do GT “proteção a**
124 **migrantes vítimas de tráfico de pessoas”** – O Presidente Paulo Sérgio informou que, em
125 virtude de sua participação, enquanto representante do MTE junto ao Comitê Nacional para
126 Refugiados (CONARE), em reunião para avaliação do Programa de Reassentamento de
127 Refugiados no Brasil, a reunião do Grupo de Trabalho sobre Apoio a Vítimas de Tráfico de
128 Pessoas foi antecipada para a segunda-feira última, o que, por sua vez, inviabilizou a
129 presença de outros Conselheiros. A Conselheira Riane proferiu relato cujo resumo é o que
130 segue. Em uma reunião inicial, com a presença do Presidente Paulo Sérgio e do
131 Coordenador de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Secretaria Nacional de Justiça, foi
132 delineado um rascunho da resolução que se pretende construir acerca do tema. Na segunda
133 reunião, esse rascunho foi trabalhado. Já há uma minuta construída, mas esta não será
134 apresentada para aprovação, ainda, pois não foi encaminhada em tempo hábil e sua
135 apreciação restaria prejudicada. O Presidente Paulo Sérgio pontuou que a proposta inicial é
136 de produção de duas resoluções: uma recomendada e outra normativa. A resolução
137 recomendada, dirigida às autoridades policiais e judiciais e do Ministério Público,

138 recomendando que, ao se depararem com situações que envolvam pessoas estrangeiras
139 vítimas de tráfico de pessoas, encaminhem ao Ministério da Justiça a solicitação de
140 regularização dessas pessoas; a normativa, determinando que, no caso das vítimas cujos
141 pedidos sejam encaminhados por essas autoridades e que decidam colaborar com as
142 investigações e com a persecução, o pedido possa ser analisado pelo próprio Ministério da
143 Justiça, enquanto solicitações encaminhadas por outras entidades seriam encaminhadas ao
144 CNIg para apreciação. A ponderação acerca do tema levou à conclusão de que bastaria a
145 edição da resolução normativa. É provável que a minuta de resolução seja submetida à
146 próxima reunião do grupo de trabalho para, em seguida, ser apreciada pelo plenário do
147 Conselho. **4. Relato do GT “especial sobre migrações femininas”** – O Presidente Paulo
148 Sérgio informou que o Grupo de Trabalho sobre Migração Feminina teve sua reunião
149 inviabilizada por insuficiência de quorum. **5. Relato do GT “estágios”** – O Presidente
150 Paulo Sérgio informou que o Grupo de Trabalho sobre Estagiários Estrangeiros teve a
151 reunião antecipada para a segunda-feira por motivo de agenda dos convidados da CNI, do
152 Serviço Social da Indústria (SESI) e do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), pelo que os demais
153 conselheiros não se puderam fazer presentes; contudo, a reunião – que contou apenas com
154 as representações da CNI e do MTE – teve caráter meramente informativo, pelo que não
155 houve prejuízo para o andamento das atividades do grupo. A Conselheira Christina Lima
156 proferiu relato, cujo resumo é o que segue. A reunião foi realizada na segunda-feira, dia
157 sete do corrente, na sede do IEL. Estiveram presentes o Presidente Paulo Sérgio, o Sr. Aldo
158 Cândido, a Sra. Solange Reinheimer e representantes do SENAI, do IEL e do SESI. O
159 objetivo da reunião foi verificar a necessidade de alteração da resolução que tange o tema
160 dos estágios e a adequação do arcabouço normativo do CNIg à legislação vigente atinente à
161 matéria. Concluiu-se pela necessidade de que o estagiário estrangeiro, quando vindo, se
162 vincule a uma universidade brasileira. O mesmo se concluiu quanto ao estágio profissional.
163 Um texto deve ser elaborado para ser apresentado na próxima reunião do grupo de trabalho
164 e, ali aprovado, ser submetido ao plenário do Conselho. O Presidente Paulo Sérgio destacou
165 que a proposta do grupo de trabalho redundará na revogação de três resoluções normativas:
166 a RN 41, que trata de estágios de professores; a RN 42, que trata de estagiários e *trainees*; e
167 a RN 37, que cuida do treinamento profissional. **6. Proposta de alteração da RN 82** – A
168 Conselheira Tatiana Nunes proferiu relato cujo resumo é o que segue. A proposta do
169 Ministério da Ciência e Tecnologia, para alteração da Resolução Normativa nº 82, consiste
170 em uma primeira iniciativa no sentido de se discutir a questão para reduzir as dificuldades
171 encontradas por cientistas que entram no Brasil com o intuito de realizar pesquisas. Dentre
172 as dificuldades verificadas, uma das mais prementes é o processo de abertura de conta
173 corrente em nome do estrangeiro, processo esse que tem sido bastante demorado e, por
174 vezes, inviável. Outro aspecto relevante é a análise da viabilidade de que a autorização
175 concedida pelo MCT se faça por meio eletrônico, a fim de agilizar o processo. *Debate* – O
176 Presidente Paulo Sérgio propôs a criação de grupo de trabalho para analisar o documento
177 enviado pelo MCT. A Conselheira Christina Lima propôs que se elabore correspondência
178 endereçada ao Ministro de Estado da Justiça, informando que o CNIg tem recebido diversas
179 manifestações de descontentamento com a morosidade ora verificada na emissão de
180 documentos a imigrantes por parte do Departamento de Polícia Federal, mormente no
181 Estado de São Paulo. A Conselheira Riane Falcão informou que o atraso ora verificado tem
182 origem em situações bastante específicas que levaram à substituição de chefia, além da
183 substituição da empresa responsável pelo serviço de emissão de carteiras, que é

184 terceirizado. Ponderou que a questão já é de conhecimento do Sr. Ministro da Justiça, mas
185 que nada obsta que o Conselho proceda à comunicação formal, se assim entender por bem.
186 O Sr. Duval Fernandes questionou se seria da competência do Conselho alterar a norma
187 vigente, no sentido de substituir a documentação necessária para a abertura de conta-
188 corrente pelo estrangeiro. Ponderou que uma gestão junto ao Banco Central, nesse sentido,
189 seria mais adequada. A Conselheira Tatiana Nunes sugeriu que a criação de uma conta-
190 corrente especial para estrangeiro seria uma solução viável e pertinente. O Conselheiro
191 Osório Vilela ponderou que, salvo engano, o passaporte é documento bastante para o
192 estrangeiro se inscrever no Cadastro de Pessoas Físicas, assim como para, junto com o
193 CPF, providenciar a abertura de conta-corrente junto às instituições bancárias brasileiras.
194 Opinou que o que se há de fazer é consultar o Banco Central a esse respeito. A Conselheira
195 Christina Lima ponderou que a abertura de conta-corrente não é o único direito que o
196 estrangeiro não tem acesso em virtude da não-emissão, em tempo hábil, da cédula de
197 identificação. Opinou que, por isso, todas as providências aludidas não excluem a
198 comunicação formal ao Ministro de Estado da Justiça. Deliberação: o Plenário deliberou
199 pelo envio de correspondência endereçada ao Ministro de Estado da Justiça solicitando
200 providências em relação aos atrasos verificados na expedição de documentos a estrangeiros.
201 Em relação à proposta do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, o Plenário deliberou,
202 a partir de proposta do Presidente Paulo Sérgio, criar um grupo de trabalho para tratar do
203 tema, analisando a proposta de alteração da resolução normativa e das gestões que
204 porventura se fizerem necessárias, composto pelos representantes: do MAPA; do MS; da
205 CUT; do MCT; e da CNI. **7. Assuntos diversos – a) Semana do Trabalhador Brasileiro**
206 **no Japão** – O Presidente Paulo Sérgio procedeu a relato acerca da comemoração dos vinte
207 anos da emigração brasileira para o Japão – conhecida como *movimento de kasségui* –, cujo
208 resumo é o que segue. A pedido das comunidades brasileiras no Japão, o Ministério das
209 Relações Exteriores decidiu homenagear os vinte anos da emigração brasileira para o
210 Japão. Por sugestão do Ministério do Trabalho e Emprego, inspirado em experiências
211 semelhantes de alguns países – a exemplo do México –, o MRE promoverá a Semana do
212 Trabalhador Brasileiro no Japão, que consistirá em oito dias de atividades realizadas pelo
213 MRE e pelo MTE, com apoio do Ministério do Trabalho do Japão, assim como das
214 representações consulares e diplomáticas brasileiras naquele país. A realização dos eventos
215 está confirmada. Ofícios a todas as representações e a todos os Ministérios que compõem o
216 CNIg serão emitidos na próxima semana, convidando-os a integrar a delegação que
217 participará dos eventos. A abertura se dará no dia trinta de julho próximo, com o Seminário
218 “Vinte Anos dos Brasileiros no Japão”, que contará com a participação da comunidade e
219 das lideranças políticas do Japão – governadores de províncias e prefeitos de cidades onde
220 haja comunidades brasileiras, além de integrantes do meio acadêmico. No dia trinta e um de
221 julho, será inaugurado o “Escritório Experimental da Casa do Trabalhador Brasileiro no
222 Japão”, na cidade de Hamamatsu. O “piloto” funcionará por alguns meses, levando
223 informações – especialmente na área trabalhista – para os brasileiros que se encontram
224 naquele país. Caso a fase experimental seja bem sucedida, o projeto continuará por prazo
225 indeterminado. No dia primeiro de agosto, se dará a festa, em um espaço com capacidade
226 para cinco mil pessoas, na cidade de Nagóia. As instituições representadas no CNIg podem
227 se credenciar a ocupar um estande nesse espaço, cientes de que todas as despesas com os
228 referidos estandes correrão por conta das próprias instituições. Nos dias sete e oito de
229 agosto, quando se encerra a semana, haverá mesas redondas tripartites acerca de temas

230 trabalhistas de interesse daquela comunidade. Para cada uma das mesas, serão convidados
231 um representante do governo japonês, um representante brasileiro de sindicato no Japão e
232 um representante empresarial japonês. A Conselheira Christina Lima informou que o
233 Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
234 (SENAI) se dispuseram a preparar material de divulgação de seus cursos de ensino à
235 distância, dentre os quais o SESI Educa, que possibilita que o aluno, após fazer as
236 respectivas provas ministradas pelo Ministério da Educação, receba o certificado de
237 conclusão do nível de escolaridade correspondente. O SESI e o SENAI pretendem
238 apresentar o material de divulgação ao Ministério do Trabalho e os conselheiros do CNIg
239 estão convidados para assistir à apresentação. Sugeriu que a mesma se dê em dezessete ou
240 dezoito próximos. O Presidente Paulo Sérgio manifestou opinião de que a iniciativa é
241 bastante interessante, na medida em que cabe ao país de origem dos migrantes estabelecer
242 os mecanismos de vinculação com os mesmos. A iniciativa, segundo sua opinião, pode vir
243 a ser uma ferramenta de grande importância para que os brasileiros que residem no exterior
244 mantenham contato com o Brasil, com o ensino do idioma, com o ensino do ponto de vista
245 brasileiro e, assim, reforçar os vínculos entre as comunidades de emigrantes brasileiros e o
246 país. **b) Projeto de Lei Complementar** – O Presidente Paulo Sérgio proferiu relato cujo
247 resumo é o que segue. Tramita, hoje, no Congresso Nacional, projeto de lei complementar
248 de autoria do Deputado Federal Manoel Júnior, que dispõe sobre a criação de contribuição
249 social sobre remessas financeira feitas por brasileiros que estejam no exterior a contas em
250 instituições financeiras no Brasil. O objetivo do projeto seria a constituição de um fundo
251 destinado a ofertar aos emigrantes brasileiros diversos serviços, como: repatriação de
252 brasileiros; custeio de hospedagem popular a brasileiros no exterior; traslado de corpos de
253 brasileiros, quando a família da vítima for carente; custeio de despesas hospitalares
254 emergenciais; prestação de assistência jurídica; promoção de atividades de interesse
255 comunitário aos residentes na circunscrição de consulado brasileiro. O projeto vem
256 recebendo críticas, em especial das comunidades de emigrantes, por atingir diretamente
257 pessoas que estão enviando dinheiro ao Brasil para o sustento de suas famílias. Embora a
258 iniciativa tenha o mérito de se propor a resolver questões como o traslado de restos mortais,
259 finda por onerar as remessas financeiras, o que pode redundar em impacto às famílias que,
260 no Brasil, recebem esses recursos, além de contrariar os esforços no sentido de tornar essas
261 remessas mais baratas, menos burocráticas e mais acessíveis, o que pode resultar na
262 migração desses recursos para modos de remessa informais, lançando por terra o trabalho
263 empreendido para que as remessas se deem pelos canais formais. O Conselho foi
264 demandado a emitir opinião sobre o tema. Debate – A Conselheira Christina Lima declarou
265 ser contrária a proposta. Pontuou que a iniciativa colocaria os brasileiros emigrados em
266 situação de desigualdade em relação aos que residem no país, o que contraria as políticas do
267 CNIg. Ponderou que a criação do almejado fundo poderia se dar a partir de recursos já
268 disponíveis. Suscitou a possibilidade de a proposta esbarrar na questão da
269 constitucionalidade, tendo em vista que estabelece uma contribuição social destinada a
270 custear serviços no exterior. A Ir. Rosita Milese noticiou ter ouvido comentários
271 desfavoráveis à iniciativa oriundos de participantes das redes de migrantes, mas declarou
272 não ter manifestações formais nesse sentido. Sugeriu que se consulte os líderes dessas redes
273 de proteção quanto a um eventual posicionamento preexistente. Deliberação – O plenário
274 decidiu, a partir de proposta do Presidente Paulo Sérgio, manter o assunto em pauta para
275 consulta a líderes de comunidades brasileiras no exterior, bem como de outras entidades

276 que guardem afinidade com o tema, objetivando a formação de convicção mais sólida que
277 subsidie uma decisão a ser tomada na próxima reunião ordinária. **c) Pronunciamento do**
278 **Sr. Marcelo Pires Mendonça** – O Sr. Marcelo Pires Mendonça, da Secretaria Nacional de
279 Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, discorreu sobre as
280 atividades da Secretaria Nacional, como resumido a seguir. A Secretaria Nacional de
281 Articulação Social foi criada para fazer frente ao compromisso da Presidência da República
282 em manter e promover uma relação direta com os movimentos sociais – tanto os
283 organizados quanto os não-organizados – brasileiros. O Secretário é o Sr. Gerson Almeida,
284 responsável pela interlocução direta com os movimentos sociais, os quais são sempre
285 recebidos quando se dirigem ao Palácio do Planalto. Também é papel da Secretaria
286 colaborar com as conferências nacionais e os conselhos nacionais. Para tanto, encontra-se
287 em fase de pesquisa e elaboração uma pesquisa que se destina a compilar os dados relativos
288 a conferências e conselhos nacionais, no intuito de estabelecer uma base de consulta
289 consolidada e consistente acerca de suas características e resultados. No que tange os
290 conselhos nacionais, dos cerca de cento e sessenta e cinco hoje existentes, foram elencados
291 sessenta e um que se encontram em pleno funcionamento e que possuem ao menos um
292 membro da sociedade civil. A partir de outra filtragem, chegou-se ao número de trinta e
293 oito conselhos nacionais e duas comissões nacionais que têm significativa participação da
294 sociedade civil em sua composição e, hoje, se encontram listados em uma cartilha
295 disponível ao público. No atual governo, vinte conselhos foram criados e outros dezenove,
296 reformulados de modo a refletir uma composição bipartite ou tripartite, conforme o caso. O
297 governo entende que a presença da sociedade civil, seja ela de trabalhadores ou
298 empregadores, é fundamental para que os conselhos consigam elaborar políticas mais reais
299 e adequadas às necessidades brasileiras. Nesse intuito, busca-se promover, na composição
300 dos mesmos, a pluralidade de representações, objetivando a multiplicidade de pontos de
301 vista. Quanto às conferências nacionais, a ideia é transformar um conjunto das mesmas em
302 leis, de modo que sua realização se torne obrigatória doravante. Assim também,
303 transformar em lei muitos dos decretos presidenciais que criaram conselhos nacionais. A
304 cartilha ora disponibilizada encontra-se em processo de revisão e sua próxima versão
305 contará com a composição dos conselhos nacionais, contendo o nome de cada conselheiro e
306 a instituição que representa. Para isso, é importante que cada conselho nacional – incluindo
307 o CNIg – remeta os dados atualizados à Secretaria Nacional de Articulação Social o quanto
308 antes. *Intervenções dos participantes* – O Presidente Paulo Sérgio agradeceu a presença e a
309 exposição apresentada pelo Sr. Marcelo Mendonça. Pontuou que, a propósito da
310 organização dos conselhos nacionais, há, em andamento, proposta de alteração da
311 nomenclatura e das atribuições do CNIg, de Conselho Nacional de Imigração para
312 Conselho Nacional de Migração, tendo em vista que o mesmo tem atuado
313 significativamente sobre temas relativos também aos emigrantes brasileiros. O Conselheiro
314 Osório Vilela indagou se há, hoje, disponível, o resultado de todas as conferências
315 nacionais já realizadas. O Sr. Marcelo Mendonça respondeu que a coleta e a compilação
316 desse material se encontram em andamento, pelo que o resultado final ainda não se
317 encontra disponível. Por ora, o que se encontra disponível é a relação de cento e dez
318 conferências nacionais já levadas a feito, com data, hora e indicativo de se a Secretaria
319 possui seus regimentos, resoluções e textos-base. A Conselheira Christina Lima externou
320 seus agradecimentos pela exposição e manifestou o interesse das entidades representativas
321 do empresariado em participar dos conselhos nacionais e com eles contribuir, no afã de

322 promover a multiplicidade de enfoques no tratamento das mais diversas questões. Citou
323 como exemplo o próprio CNIg, onde não se encontram embates classistas, mas cooperação
324 mútua para chegar a resultados comuns que beneficiem o país. O Conselheiro Elias Ferreira
325 congratulou-se com a Secretaria Nacional de Articulação Social pelo seu trabalho,
326 notadamente a disseminação da alteração da dinâmica de trabalho dos conselhos nacionais.
327 O Sr. Marcelo Mendonça encerrou sua participação agradecendo a oportunidade. **d) Relato**
328 **sobre navios de turismo** – O Conselheiro Rinaldo de Almeida enviou relato por escrito,
329 que serviu de base ao pronunciamento do Presidente Paulo Sérgio, cujo resumo é o que
330 segue. Como já relatado perante o plenário do Conselho, tem havido queixas de brasileiros
331 contratados mediante contrato internacional para prestação de serviços em navios de
332 cruzeiro que realizam temporadas ao longo da costa brasileira. As queixas dão conta de
333 maus tratos perpetrados contra esses brasileiros a bordo dos navios, não apenas durante a
334 temporada brasileira como também quando os mesmos se afastam de nossa costa. Entre os
335 maus tratos ressalta-se a superexploração através de discriminação, falta de pagamento,
336 assédio moral e sexual. Durante a última temporada, o MTE constatou práticas que
337 afrontam a noção de trabalho decente. Relatório das inspeções foi encaminhado a diversas
338 autoridades no Brasil e no exterior, conforme preconiza a Convenção Cento e Quarenta e
339 Sete da OIT. Desde dezembro de dois mil e nove, o MTE, em conjunto com o Ministério
340 Público do Trabalho, vem negociando um termo de ajustamento de conduta (TAC) que
341 garanta, mesmo aos brasileiros com contrato no exterior, condições mínimas que
342 caracterizem um trabalho decente. Após intensas negociações, chegou-se a uma proposta
343 que contempla: 1) o direito de remessa do salário mensal para a família através de
344 transferência bancária; 2) reembolso parcial dos custos do treinamento exigido pela
345 Marinha; 3) proibição de desconto de materiais fornecidos como utensílios de trabalho e
346 uniforme, assim como para exames médicos admissionais; 4) controle de jornada
347 preenchido pelo próprio trabalhador e não pré-assinalado pelo empregador; 5)
348 procedimentos para evitar cobrança de taxas durante os processos de seleção e
349 recrutamento; 6) médico ou enfermeiro brasileiro para facilitar o atendimento ao tripulante;
350 7) cópia do termo de ajustamento de conduta em português para cada tripulante. Ocorre que
351 a negociação chegou a um impasse, tendo em vista que as empresas de cruzeiro marítimo
352 declaram aceitar todos os itens do TAC, à exceção do primeiro e do último, sob a alegação
353 de impedimentos legais e operacionais para a implementação dos mesmos. O impasse é
354 ainda mais relevante em face da proximidade do início da próxima temporada de cruzeiros.
355 *Debate* – A Conselheira Haila Braga solicitou que a íntegra do relato do Conselheiro
356 Rinaldo de Almeida seja disponibilizada a fim de ser apresentada no grupo de trabalho do
357 Ministério do Turismo que trata do turismo náutico. O Sr. Edilberto Sastre opinou que o
358 relato aponta claramente todos os elementos que configuram o trabalho em condições
359 análogas à de escravo, quais sejam: morte, ameaça, discriminação e retenção de salário,
360 pelo que a questão deveria ser conduzida ao CONATRAE. O Presidente Paulo Sérgio
361 respondeu que a Secretaria de Inspeção do Trabalho recebeu cópia do mesmo relatório e
362 está tomando as providências cabíveis. O Conselheiro Vitor Carvalho indagou se não seria
363 possível o próprio trabalhador estabelecer, quando da contratação, o percentual de sua
364 remuneração a ser depositado em conta bancária específica, ainda que em nome de
365 terceiros, como familiares. O Presidente Paulo Sérgio respondeu que não apenas é possível,
366 como esta é a praxe no comércio marítimo internacional. A Conselheira Christina Lima
367 lembrou que a Conselheira Marjolaine do Canto participou do processo de negociação e se

368 achava esperançosa de um desenlace satisfatório para a questão. Sugeriu que o tema fosse
369 remetido à próxima reunião ordinária, quando tanto a Conselheira Marjolaine do Canto
370 quanto o Conselheiro Rinaldo de Almeida poderão estar presentes. O Conselheiro Vitor
371 Carvalho propôs que se sugira ao Ministério do Turismo convidar um representante do
372 CNIg a participar da próxima reunião do grupo de trabalho daquele Ministério que trata do
373 turismo marítimo. O Presidente Paulo Sérgio propôs que se marque uma reunião com
374 representantes do setor às vésperas da próxima reunião do CNIg. O Sr. Edilberto Sastre
375 sugeriu que o grupo de trabalho sobre tráfico de pessoas seria um bom foro para se
376 acompanhar essa questão. A Conselheira Christina Lima sugeriu ser possível manter-se a
377 admissibilidade do contrato estrangeiro para trabalhadores brasileiros, desde que o mesmo
378 expresse as garantias mínimas ofertadas pela legislação brasileira. Deliberação – O
379 plenário decidiu por consenso, a partir de proposta do Presidente Paulo Sérgio: a) convidar
380 os representantes do setor para uma reunião com representantes do CNIg antes da próxima
381 reunião do Conselho; b) oficiar ao Ministério Público do Trabalho, informando que o
382 Conselho está acompanhando de perto a questão e gostaria de ser informado do andamento
383 do pleito, com vistas a uma eventual, se necessária, tomada de providências. **e) Oficina de**
384 **Trabalho Migrações e Saúde** – O Presidente Paulo Sérgio lembrou aos presentes que,
385 amanhã, dez de junho, será realizada a Oficina de Trabalho Migrações, Saúde e Direitos
386 Humanos, coordenada pelo representante do Ministério da Saúde no CNIg. **f) Data da**
387 **próxima reunião** – O Presidente Paulo Sérgio propôs que, em virtude da proximidade com
388 o encerramento da Semana do Trabalhador Brasileiro no Japão, a data da próxima reunião
389 do Conselho seja transferida do dia onze para o dia dezoito de agosto. O Conselho decidiu,
390 por consenso, acolher a proposta do Presidente. **g) Visita do Representante do Ministério**
391 **da Saúde a Foz do Iguaçu** – O Conselheiro Paulo Lourenzatto informou ter estado
392 recentemente em Foz do Iguaçu, onde visitou a Casa do Migrante e se fez presente a uma
393 das reuniões do Grupo de Trabalho Itaipu, que, congregando representantes do Uruguai, do
394 Paraguai, da Argentina e do Brasil, trata de questões relacionadas à saúde. **8. Processos a**
395 **serem relatados** – **01)** Processo nº 46000,00570/2010-77. Estrangeiro: Gaspard Di Caro.
396 Chamado: Gaspard Di Caro. País: França. UF: DF. Tipo de visto: Permanência definitiva.
397 O processo não foi relatado. **02)** Processo nº 46880.000113/2007-22. Estrangeira: Deborah
398 Horna Vargas. Chamante: Regina da Silva Miranda. País: Peru. UF: RS. Tipo de visto:
399 Permanência Definitiva. Relatora: Conselheira Riane Falcão. Decisão: o plenário decidiu,
400 por consenso, pelo DEFERIMENTO, seguindo o voto da relatora. **03)** Processo nº
401 46000.034427/2009-59. Estrangeiro: Nils Radsak. Chamante: Juliana de Andrade. País:
402 Alemanha. UF: SP. Tipo de visto: permanência definitiva. Relatora: Conselheira Riane
403 Falcão. Decisão: o plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO, seguindo o voto
404 da relatora. **04)** Processo nº 46000.009422/2010-21. Estrangeiro: Raul Pereira de Andrade.
405 Chamante: José Carlos de Abreu. País: Portugal. UF: DF. Tipo de visto: permanente.
406 Relator: Conselheiro Ralph Henderson. Decisão: O plenário decidiu, por consenso, pelo
407 INDEFERIMENTO, seguindo o voto do relator. **05)** Processo nº 46000.009466/2010-51.
408 Estrangeira: Paola Pulido Santacruz. Chamante: Paola Pulido Santacruz. País: Colômbia.
409 UF: DF. Tipo de visto: temporário. Relator: Conselheiro Ralph Henderson. Decisão: o
410 plenário decidiu, por consenso, pelo INDEFERIMENTO, acompanhando o voto do relator.
411 **06)** Processo nº 46000.007394/2010-16. Estrangeira: Margarita Elsa Chaves Vera.
412 Chamante: Carlos Agustin Ramon Villanueva Chavez. País: Chile. UF: RJ. Tipo de visto:
413 permanência definitiva. Relator: Conselheiro Ralph Henderson. Decisão: o plenário

414 decidiu, por consenso, pelo INDEFERIMENTO, acompanhando o voto do relator. **07)**
415 Processo nº 08460.022411/2008-14. Estrangeiro: Baltasar Pena Abal. Chamante: José
416 Carlos Lima de Campos. País: Espanha. UF: RJ. Tipo de visto: permanência definitiva.
417 Relator: Conselheiro Osório Vilela. Decisão: o plenário decidiu, por consenso, pelo
418 DEFERIMENTO, acompanhando o voto do Conselheiro Osório Vilela Filho. **08)** Processo
419 nº 46000.007298/2010-60. Estrangeira: Leonor Cristina Rodrigue Ramalho. Chamante:
420 Jorge Ferreira da Rocha. País: Portugal. UF: SP. Tipo de visto: permanente. Relator:
421 Conselheiro Osório Vilela. Decisão: o plenário decidiu, por consenso, pelo
422 DEFERIMENTO CONDICIONADO, acompanhando o voto do relator. **09)** Processo
423 nº 46000.029648/2009-13. Estrangeiro: Divaldo Lukeni Camilo. Chamante: Divaldo
424 Lukeni Camilo Palm. País: Angola. UF: SP. Tipo de visto: temporário. Relator:
425 Conselheiro Paulo Lourenzatto. O processo foi colocado em exigência. **10)** Processo
426 nº 46000.007399/2010-31. Estrangeira: Lola Sabirova. Chamante: João Paulo Carvalho
427 Lustosa. País: Uzbequistão. Tipo de visto: permanência definitiva. Relator: Conselheiro
428 Paulo Lourenzatto. Decisão: o plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO,
429 acompanhando o voto do relator. **11)** Processo nº 46000.012827/2010-47. Estrangeira:
430 Molly Ann Courtney. Chamante: Rafael Alves de Freitas. País: EUA. UF: SP. Tipo de
431 visto: permanente. Relator: Conselheiro Paulo Lourenzatto. O processo foi colocado em
432 exigência. **12)** Processo nº 46000.004624/2010-87. Estrangeiro: Antônio Manoel Fernandes
433 Vaz Lopes. Chamante: Kacincos Pousada e Turismo Ltda. País: Portugal. UF: RN. Tipo de
434 visto: Permanente. Relatora: Conselheira Jane Alcanfor. O processo foi colocado em
435 exigência. **13)** Processo nº 46000.005938/2010-05. Estrangeiro: Elio Cini. Chamante: Step
436 do Brasil Engenharia Ltda. País: Itália. UF: MG. Tipo de visto: permanente. Relatora:
437 Conselheira Jane Alcanfor. Decisão: o plenário decidiu, por consenso, pelo
438 INDEFERIMENTO, acompanhando o voto da relatora. **14)** Processo
439 nº 46000.025872/2009-28. Estrangeiro: Divaldo da Piedade Baptista Mbumba. Chamante:
440 Technip Brasil Engenharia Inst. e Apoio Marítimo Ltda. País: Angola. UF:RJ. Tipo de
441 visto: temporário. Relatora: Conselheira Jane Alcanfor. Decisão: o plenário decidiu, por
442 consenso, MANTER O INDEFERIMENTO, seguindo o voto da relatora. **15)** Processo
443 nº 46000.022924/2007-42. Estrangeira: Aneela Devi Bisram. Chamante: Rodrigo Skazufka
444 Bergel. País: Canadá. UF:SP. Relatora: Conselheira Tatiana Nunes. O processo não foi
445 relatado. **16)** Processo nº 46000.004565/2010-47. Estrangeira: Karin Wessely. Chamante:
446 Gustavo Vieira de Vasconcelos. País: Áustria. UF: SP. Tipo de visto: permanência
447 definitiva. Relatora: Conselheira Tatiana Nunes. O processo não foi relatado. **17)** Processo
448 nº 46000.004573/2010-93. Estrangeira: Maria Mercedes Luina Martinez. Chamante: Maria
449 Mercedes Luina Martinez. País: Espanha. UF: PR. Tipo de visto: permanente. Relatora:
450 Conselheira Tatiana Nunes. O processo não foi relatado. **18)** Processo
451 nº 46000.010666/2010-57. Estrangeiro: Ben Lindsay McClymans. Chamante: Andréa
452 Pereira Silva. País: Austrália. UF: BA. Tipo de visto: permanente. Relatora: Conselheira
453 Haila Braga. O processo foi colocado em diligência. **19)** Processo nº 08386.010243/2008-
454 46. Estrangeiro: Domingos Façonny Ferreira da Fonseca. Chamante: Rosani Aparecida da
455 Silva. País: Portugal. UF: PR. Tipo de visto: permanência definitiva. Relatora: Conselheira
456 Haila Braga. O processo foi colocado em exigência. **20)** Processo nº 46000.009650/2010-
457 00. Estrangeiro: Mathew Deuschle Cummings e dependentes. Chamante: Mathew Deuschle
458 Cummings. País: EUA. UF: DF. Tipo de visto: permanência definitiva. Relatora:
459 Conselheira Haila Braga. Decisão: o plenário decidiu, por consenso, pelo

460 INDEFERIMENTO, acompanhando o voto da relatora. **21)** Processo nº
461 46000.021051/2008-31. Estrangeiro: Wei Qi. Chamante: Wang Si. País: China. UF: SP.
462 Tipo de visto: permanente. Relator: Conselheiro Vitor Carvalho. Decisão: o plenário
463 decidiu, por maioria, pelo INDEFERIMENTO, divergindo do voto do relator. **22)** Processo
464 nº 46000.029524/2009-20. Estrangeiro: João Maria Grilo. Chamante: Sueli Lopes de
465 Oliveira. País: Portugal. UF: DF. Tipo de visto: permanência definitiva. Relator:
466 Conselheiro Vitor Carvalho. Decisão: o plenário decidiu, por consenso, pelo
467 DEFERIMENTO, acompanhando o voto do relator. **23)** Processo nº 46000.020902/2009-
468 18. Estrangeiro: Angelo Oneta. Chamante: Rosângela Aparecida Leite. País: Itália. UF: SP.
469 Tipo de visto: permanência definitiva. Relator: Conselheiro Vitor Carvalho. Decisão: o
470 plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO, acompanhando o voto do relator.
471 **24)** Processo nº 08711.001818/2009-81. Estrangeiro: Vito Pisani. Chamante: Ana Marta
472 Reis Silva. País: Itália. UF: BA. Tipo de visto: permanência definitiva. Relator:
473 Conselheiro Elias Ferreira. Decisão: o plenário decidiu, por consenso, pelo
474 DEFERIMENTO, acompanhando o voto do relator. **25)** Processo nº 08711.000851/2007-
475 22. Estrangeiro: Luca de Munari. Chamante: Marcia Maria Silva Alexandrino. País: Itália.
476 UF: BA. Tipo de visto: permanência definitiva. Relator: Conselheiro Elias Ferreira.
477 Decisão: o plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO, acompanhando o voto
478 do relator. **26)** Processo nº 08286.000712/2009-28. Estrangeiro: Mohamed Shaaban Ahmed
479 Amin. Chamante: Clara Akubec Broni. País: Egito. UF: SP. Tipo de visto: permanência
480 definitiva. Relator: Conselheiro Valdir Vicente. O processo não foi relatado. **27)** Processo
481 nº 08495.003561/2006-51. Estrangeiro: José E. Simões. Chamante: Eliane Volpato. País:
482 Canadá UF: SC. Tipo de visto: permanência definitiva. Relator: Conselheiro Valdir
483 Vicente. O processo não foi relatado. **28)** Processo nº 46000.005123/2010-18. Estrangeira:
484 Silvia Marques Pires. Chamante: Alan Sampaio Santos. País: Portugal. UF: DF. Tipo de
485 visto: permanência definitiva. Relator: Conselheiro Valdir Vicente. O processo não foi
486 relatado. **29)** Processo nº 47644.000096/2010-84. Estrangeiro: Yves Jeune. Chamante:
487 Yves Jeune. País: Haiti. Tipo de visto: permanência definitiva. Relator: Conselheiro José
488 Ribamar. O processo não foi relatado. **30)** Processo nº 46000.011152/2010-19. Estrangeira:
489 Rita Cristina Guillen Revolledo. Chamante: Rita Cristina Guillen Revolledo. País: Peru.
490 UF: SP. Tipo de visto: permanência definitiva. Relator: Conselheiro José Ribamar. O
491 processo não foi relatado. **31)** Processo nº 08711.005799/2008-81. Estrangeiro: João Calos
492 Nunes de Sá. Chamante: Marluce Peixoto Almeida. País: Portugal. UF: BA. Tipo de visto:
493 permanência definitiva. Relatora: Conselheira Christina Lima. Decisão: o plenário decidiu,
494 por consenso, pelo DEFERIMENTO, acompanhando o voto da relatora. **32)** Processo nº
495 08390.002558/2009-31. Estrangeira: Jocelyn Selene Lopez Gonzales. Chamante: Maicon
496 Gonçalves de Jesus. País: México. UF: PR. Tipo de visto: permanência definitiva. Relatora:
497 Conselheira Christina Lima. Decisão: o plenário decidiu, por consenso, pelo
498 DEFERIMENTO, acompanhando o voto da relatora. **33)** Processo nº 46000.010575/2010-
499 11. Estrangeiro: Paul Elton Hill e dependentes. Chamante: Transocean Brasil Ltda. UF: RJ.
500 Tipo de visto: temporário. Relatora: Conselheira Christina Lima. Decisão: o plenário
501 decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO CONDICIONADO, seguindo o voto da
502 relatora. **34)** Processo nº 46000.023727/2009-11. Estrangeiro: Tony Kemenesi. Chamante:
503 Luciana Leal Pegatti. País: Suécia. UF: RJ. Tipo de visto: permanência definitiva. Relatora:
504 Conselheira Marjolaine do Canto. O processo não foi relatado. **35)** Processo nº
505 46000.010675/2010-48. Estrangeiro: Muhammed Jamil Anwarul Islam. Chamante: Cristine

506 da Silva Medeiros. País: Jamaica. UF: RS. Tipo de visto: permanente. Relatora:
507 Conselheira Tatiana Carneiro. Decisão: o plenário decidiu, por consenso, pelo
508 DEFERIMENTO, acompanhando o voto da relatora. **36)** Processo nº 46000.008531/2010-
509 21. Estrangeira: Laura Carolina Lopes Claro. Chamante: Fernando Barella. País: Colômbia.
510 UF: SP. Tipo de visto: permanente. Relatora: Conselheira Tatiana Carneiro. Decisão: o
511 plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO, acompanhando o voto da relatora.
512 **37)** Processo nº 46000.004946/2008-10. Estrangeira: Melinda Margaret Bowker.
513 Chamante: Phillip Edmond Harty. País: EUA. UF: CE. Tipo de visto: permanente.
514 Relatora: Conselheira Tatiana Carneiro. Decisão: o plenário decidiu, por consenso, pelo
515 DEFERIMENTO, divergindo do voto da relatora. **38)** Processo nº 46000.026591/2009-92.
516 Estrangeiro: Paul William Marko e dependentes. Chamante: Paul William Marko. País:
517 EUA. UF: DF. Tipo de visto: permanente. Relatora: Conselheira Tatiana Cardoso. Decisão:
518 o plenário decidiu, por consenso, pelo INDEFERIMENTO, acompanhando o voto da
519 relatora. **39)** Processo nº 46000.011921/2010-89. Estrangeira: Yuxuan Feng. Chamante:
520 Fabrice Marcel Leon Corneilles Clep. País: China. UF: SP. Tempo de visto: temporário.
521 Relatora: Conselheira Tatiana Cardoso. Decisão: o plenário decidiu, por consenso, pelo
522 DEFERIMENTO, acompanhando o voto da relatora. **40)** Processo nº 08420.003162/2008-
523 26. Estrangeiro: Samuel Mariano Arauz Godoy. Chamante: Tania Marize Cotta. País:
524 Nicarágua. UF: RN. Tipo de visto: permanência definitiva. Relatora: Conselheira Marilena
525 Funari. O processo não foi relatado. **41)** Processo nº 08506.007399/2009-17. Estrangeiro:
526 Mark Lain Anthony Godfrey. Chamante: Vanessa Schultz Ramos. País: África do Sul. UF:
527 SP. Tipo de visto: permanência definitiva. Relator: Conselheira Marilena Funari. O
528 processo não foi relatado. **42)** Processo nº 46000.000555/2010-32. Estrangeira: Dongben
529 Xu. Chamante: Xu Chun Yu. País: China. UF: SP. Tipo de visto: permanente. Relator:
530 Conselheiro Roque Laraia. Decisão: o plenário decidiu, por consenso, MANTER O
531 INDEFERIMENTO, acompanhando o voto do relator. **43)** Processo
532 nº 46000.016889/2009-94. Estrangeira: Helga Olga Liselotte Blank von Klipstein.
533 Chamante: Luigi Blank. País: Suíça. UF: PR. Tipo de visto: permanência definitiva.
534 Relator: Conselheiro Roque Laraia. Decisão: o plenário decidiu, por consenso, MANTER
535 O INDEFERIMENTO, acompanhando o voto do relator. **44)** Processo
536 nº 46000.013692/2010-37. Estrangeiro: Carlos Leonardo Pastor Davila. Chamante:
537 Santiago Sagaz Zinsel. País: Peru. UF: RJ. Tipo de visto: permanente. Relator: Conselheiro
538 Roque Laraia. Decisão: o plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO,
539 acompanhando o voto do relator. **45)** Processo nº 46000.010130/2010-31. Estrangeiro:
540 Francisco M. Bendrau Camps Sarmento. Chamante: Francisco M. Bendrau Camps
541 Sarmento. País: Portugal. UF: RJ. Tipo de visto: permanente. Relator: Conselheiro Roque
542 Laraia. Decisão: o plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO, acompanhando o
543 voto do relator. Os seguintes processos foram deferidos *ad referendum* e o deferimento foi
544 referendado pelo plenário: **46)** nº 46000.009159/2010-71. **47)** nº 46215.015341/2010-45.
545 **48)** nº 46000.011807/2010-59. **49)** nº 46000.010722/2010-53. **50)** nº 08362.003248/2008-
546 91. **51)** nº 08270.009472/2008-15. **52)** nº 08711.005576/2008-14.
547 **53)** nº 08260.001760/2008-41. **54)** nº 46000.004657/2010-27. **55)** nº 46208.001505/2010-
548 46. **56)** nº 08310.005157/2009-86. **57)** nº 5808390.002529/2009-70.
549 **58)** nº 08377.001054/2008-91. Os seguintes processos foram indeferidos *ad referendum* e o
550 indeferimento foi referendado pelo plenário: **59)** nº 08286.001976/2008-18.
551 **60)** nº 08705.003272/2008-00. **61)** nº 08711.001051/2008-18. **62)** nº 08711.001103/2008-

552 48. **63)** n° 08711.001367/2008-00. **64)** n° 08711.001790/2008-00.
 553 **65)** n° 08706.003343/2008-56. **66)** n° 08793.001754/2008-75. **67)** n° 08707.002614/2009-
 554 27. **68)** n° 08712.002231/2008-07. **69)** n° 08460.024078/2007-99.
 555 **70)** n° 08502.005103/2008-82. **71)** n° 08460.029205/2007-46. **72)** n° 08711.001785/2008-
 556 99. **73)** n° 08507.001181/2008-68. **74)** n° 08507.001872/2007-81.
 557 **75)** n° 08520.008480/2008-55. **76)** n° 08706.003227/2008-37. **77)** n° 46208.009666/2009-
 558 44. **78)** n° 46000.015217/2009-61. **79)** n° 46211.004377/2009-08.
 559 **80)** n° 46211.003960/2009-93. **81)** n° 46220.004154/2009-23. **82)** n° 46220.003662/2009-
 560 94. **83)** n° 08420.000641/2006-29. **84)** n° 08502.008938/2008-94.
 561 **85)** n° 08286.001993/2008-55. **86)** n° 08460.005839/2008-94. **87)** n° 08400.004413/2007-
 562 47. **88)** n° 08451.005664/2008-24. **89)** n° 08460.020999/2008-63.
 563 **90)** n° 08460.013565/2008-15. **91)** n° 08460.021153/2008-41. **92)** n° 08420.000148/2009-
 564 51. **93)** n° 08491.010396/2009-77. **94)** n° 08491.002000/2008-37.
 565 **95)** n° 08451.000101/2009-21. **96)** n° 08461.000861/2008-38. **97)** n° 08491.000069/2008-
 566 26. **98)** n° 08504.003969/2008-39. **99)** n° 08505.069294/2008-81.
 567 **100)** n° 08400.012841/2007-43. **101)** 08400.035703/2006-51. **102)** n° 08495.000808/2006-
 568 88. **103)** n° 08495.004203/2006-66. **104)** n° 08434.002229/2006-94.
 569 **105)** n° 46000.009135/2010-11. **106)** n° 08506.009683/2008-47.
 570 **107)** n° 46205.001451/2010-49. **108)** n° 46217.001014/2010-96.
 571 **109)** n° 46212.015070/2009-14. **110)** n° 46200.000876/2008-66. **9. Encerramento** – Nada
 572 mais havendo a tratar, o Presidente Paulo Sérgio declarou encerrada a reunião, às dezoito
 573 horas e quarenta minutos.